

EDITORIAL

► *Continuação da pág. 1*

formação, este facto penalizou brutalmente os trabalhadores entretanto reformados e com os rendimentos mais baixos. A luta travada, a partir da região de Braga, foi decisiva para a Assembleia da República repor, em parte, o período de transição, levando à revalorização das pensões, mas ficaram por resolver os retroactivos, ou seja, desde a entrada em vigor, do diploma que alterou as regras, até àquela altura.

Foi promovida, entretanto, uma petição para que os retroactivos fossem pagos, que foi agendada para o dia 23 de Julho, na Assembleia da República. Tem que se referir que, no mínimo, foi inadmissível a atitude do PS, que nos 3 minutos que tinha para se pronunciar sobre a mesma, não referiu nem uma palavra sobre o assunto em apreço, porque sabiam que a petição era da mais elementar justiça.

Mas não foi só esta petição em apreciação, no dia 22 de Julho esteve outra petição promovida pela CGTP-IN e que a Inter Reformados se empenhou, para que fosse revogado o factor de sustentabilidade e os critérios de actualização das pensões e, mais uma vez, o PS sustentou que fez tudo bem, para salvar a sustentabilidade da Segurança Social.

A CGTP-IN demonstrou que existiam outros caminhos para a sustentabilidade, mas o Governo rejeitou. A CGTP-IN considera estes aspectos fundamentais e não vai desistir deles, para que a protecção social nos seja garantida, com a dignidade que merecemos ter, por isso são temas a colocar na agenda política dos próximos actos eleitorais.

Maria Carmo Tavares

NOTÍCIAS

- Participação de todas as Distritais da IR nas Comemorações do 25 de Abril.
- Participação de todas as Distritais da IR nos desfiles do 1 de Maio.
- Intervenção no Colóquio sobre o envelhecimento, realizado na Assembleia da República, em 5 de Maio.
- Encontro/Plenário da IR de Castelo Branco, a 7 de Maio/09, com o lema "Por Melhores Reformas"
- Participação nas Comemorações do 30º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde.

Internacional

- Participação no Comité Executivo da Ferpa, em Fevereiro/09.
- Participação na Assembleia da Ferpa (balanço de meio mandato).
- Participação no Congresso dos Reformados das Comissões Obreras, em Espanha.
- Participação na Manifestação Europeia a 14 de Maio/09 em Madrid.
- Participação no Comité de Mulheres de Ferpa 15 de Setembro 2009 / Bruxelas

Acções a realizar

Com o lema "MAIS SAÚDE, MELHORES PENSÕES" vão realizar-se diversos Encontros e Tribunais Públicas nos seguintes Distritos:

- AVEIRO a 1 de Outubro/09
- CASTELO BRANCO a 3 de Outubro/09
- BRAGA, BRAGANÇA, PORTO e VIANA DO CASTELO a 8 de Outubro/09
- LISBOA a 29 de Outubro/09

Acções realizadas

- SANTARÉM a 4 de Julho/09
Após a realização de todas as Acções Distritais será elaborado um documento síntese com todas as reivindicações aprovadas nos Distritos, para ser entregue a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e enviado ao 1º Ministro e Presidente da República.
- SETÚBAL a 17 de Setembro/09

FICHA TÉCNICA

Coordenadora: Fátima Canavezes (Inter-Reformados Nacional)

Periodicidade: Trimestral

Impressão: CGTP-IN

O boletim pode ser consultado também em www.cgtp.pt

Contactos: Rua Vitor Cordon, 1, 2.º 1249-102 Lisboa

tel.: 213236500 • fax: 213236695 • cgtp@cgtp.pt



EDITORIAL

A Inter-Reformados vai passar a ter uma folha informativa trimestral, que saudamos, dado que é mais uma forma de comunicação com as diversas estruturas de reformados, a nível nacional.

Estamos em vésperas de dois actos eleitorais da maior importância para as nossas vidas: para Assembleia da República que vai eleger os deputados da nação, que neste mandato vão ter poderes de revisão constitucional, e donde emana o Governo; e, para os diversos órgãos do Poder Local que, como sabemos, tem cada vez mais responsabilidades, nomeadamente em áreas sociais.

A CGTP-IN apresentou, aos partidos políticos, propostas concretas, visando compromissos claros sobre matérias essenciais, para que das eleições saiam programas de governação a favor dos trabalhadores, reformados, população mais carenciada e para o desenvolvimento do País.

É necessário mudar de políticas, é uma reclamação de há muito da CGTP-IN, e os 10 eixos estratégicos apresentados, contribuiriam decisivamente para isso.

Os reformados e aposentados foram das

camadas da população que mais sentiram os efeitos das políticas do PS, perderam poder de compra, apenas mantido nas pensões mínimas. Tendo Sócrates posto termo a um ciclo de crescimento das pensões mínimas.

Na função pública, as legítimas expectativas dos trabalhadores, construídas ao longo da sua vida profissional, foram atingidas, mudando este Governo, mais uma vez, as regras de aposentação, unificando no retrocesso, retirando direitos que os trabalhadores, ao longo de gerações, foram construindo.

Na reforma da Segurança Social, em nome da sustentabilidade financeira do sistema, aceleraram o período de transição, que era o meio de salvaguardar os direitos adquiridos e em

Continua no verso ►



A política de pensões adoptada por diversos governos tem sido orientada pela redução da despesa pública e pela promoção de esquemas privados de segurança social. Mas este processo não tem sido linear, nem isento de contradições, porque tem também dependido de resistências sociais.



“Mais Saúde, Melhores Pensões”

O regime de aposentação na Administração Pública foi sujeito a uma forte pressão no sentido de uma revisão significativa, a partir, sobretudo, do final da década de 90. A integração de Portugal no euro, foi uma das razões principais, atendendo à rigidez das regras do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. A diminuição do ritmo de crescimento da despesa com as pensões passou a ser considerado um meio para a redução do défice público.

Um elevado volume de reformados

O total de pessoas reformadas representa perto de um terço da população total.

O envelhecimento da população

O envelhecimento da população tende a aumentar o número de reformados. Mas há também outros factores de crescimento como o desemprego e as reformas antecipadas. Em resultado destas evoluções, a população reformada tornou-se maior e mais heterogénea.

Aumento da longevidade e qualidade de vida

Uma parte significativa dos anos de vida depois dos 65 anos é vivida com incapacidade de longa duração de vários tipos.

É PRECISO MUDAR AS POLÍTICAS

1 – Definição de uma política integrada para a população reformada e idosa

- Definição e aplicação de um plano nacional global sobre envelhecimento, com o envolvimento das organizações representativas de reformados e idosos;
- Promoção de acções de informação que salientem o importante papel das pessoas reformadas e idosas para a vida económica, cultural e social, para o apoio às famílias e à economia doméstica e que valorize o saber e a experiência que as pessoas idosas possuem e que deverá ser transmitido às gerações mais jovens.

2 – Melhoria das pensões e prestações sociais

- Aumento das pensões no sector privado e na Administração Pública que assegure uma melhoria real do poder de compra, o que exige a revisão dos critérios estabelecidos a partir do IAS - Indexante dos Apoios Sociais
- Revogação do factor de sustentabilidade, o qual conduz à diminuição do valor das pensões;
- Aumento dos subsídios de dependência dos grandes dependentes (acamados e dementes) para o valor da pensão social e para 70% desta nos demais casos;
- Criação de um mecanismo de actualização das pensões por acidente de trabalho e doenças profissionais mais degradadas
- Fim do desconto das taxas relativas à ADS nos 13º e 14º meses dos Aposentados da Administração Pública e reposição desse mesmo desconto referente aos anos de 2007 e 2008.

3 – Efectivação do direito à saúde

- Acesso de todos, independentemente da sua situação económica, a Rede Públicas Prestadoras de Cuidados de Saúde que garantam a generalidade dos cuidados gerais e especializados, em função das necessidades;
- Criação de serviços de geriatria nos Centros de Saúde e nos Hospitais centrais e equiparados;
- Aplicação de um plano nacional para a criação de serviços públicos domiciliários de enfermagem e de assistência médica para idosos dependentes;
- Aumento das comparticipações nos medicamentos para reformados e pensionistas detentores de pensões inferiores ao salário mínimo nacional, considerando, no caso de casais, o rendimento per capita;
- Actualização do valor das comparticipações para próteses em função dos preços actuais das mesmas;
- Alargamento da lista de doenças crónicas e gratuidade dos medicamentos correspondentes;
- Alargamento do leque de medicamentos genéricos e recurso a medidas que contribuam para a intensificação da sua prescrição;

4 – Consagração do direito à protecção na dependência

- Consagração do direito à protecção na dependência, o qual deve abranger todas as pessoas, independentemente da idade, que, por razões de ordem física, mental psíquica, tenham necessidade de apoio para a realização de actos essenciais à sua vida;

IR ATÉ AO FIM

O movimento sindical, nos fins da década de 80, encontrava-se carecido de uma estrutura central que definisse e representasse a larga franja de trabalhadores reformados.

Em conformidade com os objectivos estabelecidos na Plataforma para a Acção Sindical para os anos de 1989/1992 e de acordo com o artigo 57º dos Estatutos da CGTP-IN, aprovados no seu VI Congresso, o Plenário de Sindicatos de 21 de Dezembro de 1989, estabeleceu a realização de uma Conferência Nacional de Reformados. Para concretizar esta deliberação, constituiu-se uma Comissão Nacional Organizadora (CNOR) que tinha como principal incumbência levar por diante a organização e definição dos grandes objectivos da Conferência. A CNOR teve a sua primeira reunião no dia 1 de Fevereiro de 1990, na sede da CGTP-IN.

Em 1 de Março de 1990, nas instalações do Instituto Franco-Português, foi promovido o 1º Encontro Distrital de Reformados da USL/CGTP-IN, do qual ressaltou a necessidade do alargamento e reforço da Organização Sindical de Reformados, contando com a participação da Comissão de Aposentados da Função Pública e das Comissões de Reformados da Carris, da CP, da

Quimigal e do SIESI, em representação de 17 sectores sindicais. Dando seguimento às conclusões, tanto da CNOR como também do já referido Plenário de Sindicatos e ainda do 1º Encontro Distrital, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Reformados da CGTP-IN, na Voz do Operário, em Lisboa, no dia 10 de Novembro de 1990, tendo este sido um acontecimento de grande importância para a organização e luta dos Reformados. Foi nesta 1ª Conferência que se instituiu a Inter-Reformados (IR), se constituiu o Conselho Nacional de Reformados e se aprovou a Carta Reivindicativa dos Reformados que continha as mais importantes e mais imediatas reivindicações dos reformados e pensionistas dos vários sectores de actividades e abrangidos por vários regimes: geral, função pública, trabalhadores agrícolas e regimes complementares.

Desde o ano de 1990 já foram realizadas seis Conferências Nacionais, com a última a ter lugar em Lisboa, no Mercado da Ribeira, a 11 de Dezembro de 2008, onde foram discutidas e aprovadas as principais reivindicações dos reformados e pensionistas e eleita a nova Direcção Nacional para o quadriénio 2008/2012.

QUEM SOMOS?

A Inter-Reformados é uma organização de reformados, constituída por quadros e activistas sindicais que, por motivo de reforma, deixaram de exercer a sua actividade profissional, mantendo, contudo, a qualidade de associados dos seus Sindicatos. No entanto, qualquer trabalhador reformado, mesmo que não tenha sido sócio do sindicato, pode inscrever-se nessa qualidade.

QUAIS OS NOSSOS OBJECTIVOS

- 1 – Afirmar os valores e ideais de solidariedade social com os reformados e pensionistas e, simultaneamente, denunciar os problemas que, em cada momento, se lhes colocam;
- 2 – Dinamizar acções e iniciativas reivindicativas conducentes à obtenção de políticas sociais mais equitativas e, designadamente, de pensões mais dignas;
- 3 – Organizar, no âmbito da estrutura do Movimento Sindical Unitário, os trabalhadores reformados para a defesa dos seus direitos colectivos, promover e apoiar acções destinadas à satisfação das suas reivindicações e representar os trabalhadores reformados do Movimento Sindical Unitário.

- 4 – Promover e manter intervenções na área internacional que visem contrariar o evidente retrocesso da dimensão social nas políticas da União Europeia, em particular contra a redução real das pensões.

ÓRGÃOS NACIONAIS DA IR

São órgãos nacionais da Inter-Reformados:

- a) Conferência Nacional;
- b) Direcção Nacional;
- c) Comissão Executiva.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Estes são alguns dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa:

- Direito à Segurança Social (artº 63º);
- Direito à Saúde (artº 64º);
- Obrigação do Estado de executar uma política de terceira idade (artº 72º).